

# OLIVER BULLOUGH

# O PAÍS DO DINHEIRO

A HISTÓRIA DOS SUPER-RICOS E CORRUPTOS  
QUE ESTÃO A ROUBAR O MUNDO E A DESTRUIR A DEMOCRACIA



«Se quiser saber porque é que bandidos internacionais e respeitáveis financeiros andam felizes da vida enquanto as pessoas comuns lutam para viver, este é o livro ideal. Todos os políticos e homens poderosos deviam lê-lo, mas não o farão, já que este livro é sobre eles.» JOHN LE CARRÉ

# ÍNDICE

1	A Caverna de Aladino .....	7
2	Piratas .....	41
3	A Rainha das Caraíbas .....	69
4	Sexo, Mentiras e Veículos <i>Offshore</i> .....	89
5	Mistério na Harley Street .....	99
6	O Jogo dos Três Copos .....	113
7	Cancro .....	135
8	Mau como as Cobras .....	153
9	O Homem que Vende Passaportes .....	173
10	“Imunidade Diplomática!” .....	201
11	Impublicável .....	213
12	Matéria Negra .....	233
13	«A Morte Nuclear Está a Bater à Porta» .....	251
14	Diz Sim ao Dinheiro .....	269
15	Imobiliário de Luxo .....	279
16	Os Plutos Gostam de Andar Juntos .....	297
17	Desmantelar a Suíça .....	309
18	EUA, Paraíso Fiscal .....	323
19	Enfrentar o País do Dinheiro .....	341
20	Algo Podre .....	359
	Notas sobre as Fontes .....	373
	Agradecimentos .....	387
	Índice Remissivo .....	389

# 1

## A CAVERNA DE ALADINO

Londres é uma cidade de muitas caras, dependendo de a quem se dirige. Há o desfile da cerimónia do Render da Guarda: soldados em casacos vermelhos, cavalos lustrosos e multidões animadas. Essa é para os turistas. Há os edifícios de aço envidraçados da City, o bairro financeiro da cidade, com uma guarnição de banqueiros e escriturários, que atravessam as pontes de manhã cedo. Essa é para os empresários. Há os subúrbios, com as suas casas geminadas, sebes, estradas de sentido único e jardins. Essa é para os habitantes locais.

E depois há sítios como Finchley, no noroeste de Londres, e uma pequena rua chamada Woodberry Grove, onde os carros eram novos há uma década e as lojas mais próximas vendem cerveja polaca e tabloides. Não é uma rua que visitasse, ou sequer que desse por ela, a não ser que tivesse uma boa razão para tal, e talvez seja por isso que Paul Manafort sediou uma das suas empresas — a Pompolo Ltd — no n.º 2 da rua.

De acordo com a acusação preparada pelo Gabinete do Conselheiro Especial Robert Mueller, Manafort, ex-diretor de campanha de Donald Trump, movimentou cerca de 75 milhões de dólares através de várias contas *offshore*, muitos dos quais usou para comprar propriedades e bens de luxo. Ele ganhou este dinheiro a trabalhar na Ucrânia, sobretudo para o ex-presidente do país, Viktor Yanukovich,

e foi considerado culpado de o ocultar do IRS, bem como de variados crimes. A acusação meticulosa listava as empresas através das quais ele detinha as contas bancárias que canalizavam o seu dinheiro, e foi assim que tomámos conhecimento de que a Pompolo Ltd controlava uma conta que pagou 175 575 dólares a uma empresa de entretenimento sediada na Florida, e 13 325 dólares a um jardineiro nos Hamptons, no mesmo dia — 15 de julho de 2013.

E isso pode bem ser tudo o que a Pompolo fez. Tinha sido criada três meses antes e foi dissolvida pela Companies House do Reino Unido um ano depois, algo que acontece automaticamente se as empresas não entregarem a devida documentação. Eu tinha vindo ao n.º 2 da Woodberry Grove para ver a morada onde a Pompolo Ltd supostamente operava.

Era um destino pouco estimulante, um edifício de escritórios com dois andares de tijolo avermelhado, alguns com estuque bege por cima. As telhas pareciam estar coladas por montes de musgo, e os caixilhos das janelas estavam tão sujos que quase não se percebia que eram de madeira. Ao lado da porta havia um conjunto de campainhas. Premi uma e fui cumprimentado por um homem de meia-idade com sotaque sul-africano e uma T-shirt com a imagem dos Iron Maiden desbotada. Convidou-me a entrar.

Não estava certo do que esperar de um sítio que tinha sido um entroncamento na canalização financeira que Manafort usara para espoliar dinheiro da Ucrânia e gastá-lo em bens de luxo em Nova Iorque e na Virgínia, mas tinha imaginado algo mais empolgante do que um pequeno e aborrecido escritório, com a habitual carpete cinzenta e um póster a ensinar aos trabalhadores como se sentarem ao computador para não ficarem com dores de costas. Enquanto esperava pelo patrão do fã dos Iron Maiden, escutei duas mulheres a falarem sobre os seus planos para o fim de semana e tentei espreitar para os seus cubículos. Infelizmente o patrão não estava disponível e saí apenas com um endereço de e-mail (a sua resposta, quando chegou, incluía uma negação de qualquer má conduta e um forte tom de exasperação: «Não posso falar com autoridade sobre o que motiva

“pessoas como Manafort”, pelo que receio que terá de formar o seu próprio juízo.»), a recompensa pelo passeio de 15 minutos da estação até Woodberry Grove.

Há dois caminhos depois desta história. Um seria considerar a Pompolo como um beco sem saída e centrar a atenção em Manafort, nos seus clientes sórdidos, nas suas manobras amorais e no seu tremendo apetite por bens luxuosos. O segundo seria olhar para o n.º 2 de Woodberry Grove e perguntar porque é que a Pompolo — uma empresa com acesso a grandes somas de dinheiro — escolheria sediar-se num canto tão pouco glamoroso da cidade de Londres.

Compreende-se que a maioria dos jornalistas preferisse o primeiro caminho. É mais interessante escrever sobre casacos de pele de avestruz e condomínios de luxo, sobre a forma como Manafort lavou a reputação de dezenas de políticos mal-amados e de oligarcas, do que descrever a feia arquitetura empresarial britânica. Mas o segundo caminho é mais recompensador, porque, se compreendermos o que liga Manafort a Woodberry Grove, vislumbramos para lá da personalidade, para os mecanismos ocultos do sistema financeiro, para o país secreto a que eu chamo o País do Dinheiro.

A acusação contra Manafort, e o seu sócio Rick Gates (em cujo nome a Pompolo estava registada), revelou a existência não só da Pompolo Ltd como também de empresas nas Caraíbas, em São Vicente e Granadinas, e no Chipre, bem como nos estados da Virgínia, Florida, Delaware e Nova Iorque. E estas empresas tinham múltiplas contas bancárias, supostamente independentes mas, na verdade, ligadas pelos seus proprietários partilhados — e escondidos. Movimentavam dinheiro para cá e para lá entre as várias empresas numa dança desconcertante e sem fim, cujos padrões são demasiado complexos até para muitos especialistas conseguirem destrinçar. Tentar delinear a complexidade dos arranjos financeiros entre todas estas entidades é tarefa para uma equipa inteira de agentes das autoridades; para um leigo é praticamente impossível.

Manafort e Gates exploraram este sistema durante uma década ou mais, mas não o criaram. Nem procuraram o n.º 2 de Woodberry

Grove e decidiram fazer ali a sua base de operações. Isso foi feito por uma indústria inteira composta de pessoas que possibilitam os crimes de pessoas como eles, pessoas com dinheiro a esconder. O verdadeiro arrendatário do edifício de escritórios em Finchley é a A1 Company Services, que cria empresas para os seus clientes e lhes atribui um código postal. A A1 Company Services é emblemática de algo muito maior do que um escândalo político, mesmo um tão grande quanto este. Representa um sistema que está a empobrecer o mundo, ao esconder os segredos dos ricos e poderosos.

Os segredos de Manafort estavam tão bem defendidos que, se não fosse Robert Mueller ter começado a investigar o ex-diretor de campanha de Donald Trump, ele ter-se-ia certamente safado dos seus crimes. E este é um pensamento preocupante, porque há muitas outras pessoas que continuam a usar o mesmo sistema. O n.º 2 de Woodberry Grove é, ou tem sido, sede de milhares de outras empresas — 16 551, de acordo com uma base de dados —, tal como o endereço que Manafort usou nas Granadinas e no Chipre, para não falar dos endereços nos Estados Unidos.

Muitos veem a importância de Manafort somente relacionada com o facto de ele ter revelado a existência de corrupção à volta da eleição de Donald Trump. Mas, na verdade, a sua ligação a Trump providencia inadvertidamente uma janela para algo muito maior, um sistema obscuro que poucos conhecem. É um sistema que está, devagar mas eficazmente, a empobrecer milhões, a enfraquecer a democracia, a ajudar ditadores a pilharem os seus países. E podemos saber mais sobre este mundo ao olhar para um dos maiores clientes dos serviços de Manafort: Viktor Yanukovych, ex-presidente da Ucrânia.

Yanukovych governou a Ucrânia durante quatro anos, de 2010 a 2014. Durante esse tempo enriqueceu e levou o país à falência. Por fim os ucranianos fartaram-se e milhares protestaram ao longo do frio inverno de 2013–2014, até ele fugir. As riquezas que deixou para trás demonstraram que o seu mau gosto era tanto que até

fazia Manafort parecer culto. Os vastos terrenos do seu palácio em Mezhyhirya incluíam jardins aquáticos, um campo de golfe, um templo em estilo grego, um cavalo de mármore pintado com uma paisagem toscana, uma coleção de avestruzes e um cercado para caçar javalis, bem como a cabana de troncos de madeira com cinco pisos, onde o antigo presidente do país, Viktor Yanukovych, tinha dado largas ao seu gosto pelo excessivo e pelo vulgar. Era um templo de falta de gosto, uma catedral do *kitsch*, a epítome do excesso.

Toda a gente sabia que Viktor Yanukovych era corrupto, mas ninguém antes tinha visto a dimensão da sua riqueza. Numa altura em que a riqueza dos ucranianos comuns estava estagnada há anos, ele acumulara uma fortuna no valor de centenas de milhões de dólares — ele e os seus amigos mais próximos. Yanukovych tinha mais dinheiro do que alguma vez precisaria; tinha mais tesouros do que espaço onde os arrumar.

Todos os chefes de Estado têm palácios, mas habitualmente esses palácios pertencem ao governo e não ao indivíduo. Nos raros casos — como, por exemplo, Donald Trump — em que os palácios são propriedade privada, tinham sido adquiridos antes de o político assumir o cargo. Yanukovych, contudo, tinha construído o seu palácio enquanto recebia um salário estatal e foi por isso que os manifestantes acorreram à sua vasta cabana de madeira. Maravilharam-se com a construção do edifício principal, com as fontes, as quedas de água, as estátuas, os faisões exóticos. Vizinhos empreendedores alugavam bicicletas aos visitantes. A propriedade era tão grande que não havia maneira de visitar tudo sem ficar exausto, e os revolucionários levaram dias a explorar todos os recantos. As garagens eram uma caverna de Aladino de património dourado, algum dele talvez sem preço. Os revolucionários chamaram os curadores do Museu Nacional de Arte de Kiev para levarem tudo antes que houvesse danos, para preservar tais bens para a nação, para os colocarem em exposição.

Havia pilhas de candelabros pintados a ouro, paredes cheias de retratos do presidente. Havia estátuas de deuses gregos e um intrincado pagode oriental esculpido em marfim. Havia ícones, dezenas

de ícones, espingardas e espadas antigas, machados. Havia um certificado que declarava Yanukovych «caçador do ano» e documentos a anunciar que uma estrela tinha recebido o nome em sua honra, e outra estrela o da sua mulher. Alguns dos objetos estavam expostos ao lado dos cartões de visita dos responsáveis que os tinham oferecido ao presidente. Eram tributos a um governante: pagamentos de entrada para garantir que os seus doadores se mantivessem nos favores do presidente, podendo assim continuar a levar a cabo os golpes que os tinham enriquecido.

No museu estava um tomo antigo, exposto numa vitrina, com uma legenda que o declarava como um presente do Ministério das Finanças. Era um exemplar do *Apostol*, o primeiro livro impresso na Ucrânia, do qual talvez existam ainda apenas cem cópias. Porque tinha o Ministério das Finanças decidido ser este um presente apropriado para o presidente? Como é que o Ministério tinha tido dinheiro para o comprar? Porque haveria, em qualquer caso, o Ministério de dar um presente como este ao presidente? Quem o tinha pagado? Ninguém sabia. Numa pilha de cerâmicas ordinárias estava um requintado vaso de Picasso, de proveniência desconhecida. Um armário guardava uma foice e um martelo de aço, que tinham em tempos sido um presente do Partido Comunista Ucrâniano a José Estaline. Como teriam chegado à garagem de Yanukovych? Talvez o presidente não tivesse tido outro sítio para o guardar...

Em breve, a fila à porta prolongava-se pela rua fora. As pessoas à espera pareciam alegres, avançando lentamente, passo a passo, até desaparecerem por trás do frontão traçado a seixos do museu. Quando voltavam a sair pareciam pardos. Junto à porta de saída estava um livro de comentários. Alguém tinha escrito: «De quanto pode precisar um só homem? Horror. Sinto-me agoniado.»

E isto foi apenas o princípio. Esses dias pós-revolucionários foram dias sem lei da melhor maneira possível, porque ninguém fardado nos impedia de satisfazer a nossa curiosidade, e eu aproveitei a situação invadindo o máximo de refúgios da velha elite que conseguisse encontrar. Uma viagem levou-me a Sukholuchya, no coração



de uma floresta à saída de Kiev. O Sol caía, criando miragens no asfalto, à medida que a estrada mergulhava cada vez mais fundo nas árvores. Anton, o meu companheiro ao volante, que tinha uma empresa informática antes de se juntar à revolução, parou o carro junto a um portão, saiu para o matagal, procurou durante algum tempo e mostrou-me o que tinha encontrado. «A chave do paraíso», disse-me com um sorriso distorcido. Abriu o portão, voltou a sentar-se ao volante e atravessou-o.

À direita estava a superfície cintilante do reservatório de Kiev, onde as águas represadas do rio Dniepre incham para um mar interior pontuado por canaviais. Depois surgiu um passadiço estreito sobre uma lagoa, junto a uma pequena casa de barcos com um cais. Os patos passeavam ao redor das casas de madeira em pequenas ilhas flutuantes. Finalmente, Anton parou numa rotunda em frente de uma mansão de madeira com dois andares. Era aqui que Yanukovych vinha com velhos amigos e novas namoradas, quando queria descontraír.

Anton veio aqui com a sua filha nas primeiras horas depois de o presidente ter fugido da capital, em fevereiro de 2014. Conduziu por aquela imaculada estrada até ao portão, onde disse aos polícias que estava com a revolução. Deram-lhe a chave, deixaram-no passar. Anton abriu então a porta e guiou-me. Ele não tinha mexido em nada: a longa mesa de jantar com as suas 18 cadeiras estofadas estava como ele a tinha encontrado, bem como a mesa de massagem, aquecida, de mármore. As paredes estavam pontuadas por nus pretensamente impressionistas de baixa qualidade — o tipo de coisa que Pierre-Auguste Renoir teria pintado se tivesse decidido dedicar-se à pornografia *soft-core*. O chão era de tábuas enceradas, de madeira tropical; as paredes eram troncos de madeira macia esquadriados, deliberadamente deixados por envernizar, amarelos como sementes de sésamo. Não havia livros.

Por estranho que pareça, foram as casas de banho que mais me impressionaram. A casa tinha nove televisões e duas estavam colocadas de frente para as sanitas, à altura de um homem sentado. Era

um toque pessoal do mais íntimo possível: o presidente Yanukovych era alguém que gostava de ver televisão e que precisava de passar períodos longos na retrete. Enquanto os cidadãos da Ucrânia morriam novos, e trabalhavam arduamente para ganhar um salário de subsistência, enquanto as estradas do país apodreciam e os seus responsáveis públicos roubavam, o presidente mostrava-se preocupado em garantir que a sua prisão de ventre não o impedia de desfrutar dos seus programas de televisão preferidos. Aquelas duas televisões tornaram-se num pequeno símbolo de tudo o que tinha corrido mal, não só na Ucrânia como em todos os países ex-soviéticos onde eu tinha trabalhado.

A União Soviética caiu quando tinha 13 anos e eu sentia muita inveja de todos aqueles com idade suficiente para terem eles próprios vivido o momento. No verão de 1991, quando a linha dura de Moscovo tentava sem sucesso reimpor os velhos costumes soviéticos no seu país, eu estava em férias com a família nas Terras Altas da Escócia, onde passei dias a tentar convencer o sinal de rádio a atravessar as montanhas para me dizer o que estava a acontecer. Quando as nossas férias acabaram, o golpe tinha falhado e um novo mundo estava a erguer-se. O historiador Francis Fukuyama, até aí reconhecido pela sua sobriedade, declarou o momento como «o fim da História». O mundo ia ser todo livre. Os bons tinham ganhado.

Eu ansiava por ver o que estava a acontecer no Leste da Europa e li centenas de livros escritos por aqueles que lá tinham estado antes. Enquanto andava na universidade, passei todos os longos verões a vaguear pelos países anteriormente interditos do velho Pacto de Varsóvia, regozijando-me com a reunificação da Europa. Quando me licenciiei, a maior parte dos meus colegas já tinha um emprego alinhado, mas eu não. Em vez disso, mudei-me para São Petersburgo, a segunda cidade da Rússia, em setembro de 1999, dominado pelo entusiasmo, embriagado com as possibilidades da transformação democrática, do florescimento de uma nova sociedade. Estava tão intoxicado com o momento que não percebi que já o tinha perdido — assumindo que alguma vez tivesse existido. Três semanas antes de

o meu avião aterrar no aeroporto de Pulkovo, um obscuro ex-espião chamado Vladimir Putin tinha-se tornado primeiro-ministro. Em vez de escrever sobre a liberdade e a amizade, dei por mim, ao longo da década que se seguiu, a escrever reportagens sobre guerras e abusos, a viver a paranoia e o assédio. A História não tinha chegado ao fim. Quando muito, tinha acelerado.

Em 2014, quando dei por mim a contemplar retretes presidenciais, já tinha escrito dois livros sobre a antiga URSS. O primeiro, que nasceu da miséria que tinha visto na Chechênia e ao seu redor, descrevia os povos do Cáucaso e os seus repetidos fracassos em obter as liberdades que desejavam. O segundo tratava dos próprios russos étnicos, e de como o alcoolismo e o desespero minavam a sua existência contínua enquanto nação. Subjacente a ambos os livros, mas (compreendo-o hoje) sem que qualquer deles a abordasse, havia uma questão: o que correu mal? Porque foi que os sonhos de 1991 não se tinham conseguido tornar em realidades? E essa pergunta foi-me feita vigorosamente pela casa de banho *en suite* na cabana de caça do chefe de Estado exilado da Ucrânia: como foi que todas estas nações não tinham obtido liberdade e prosperidade, mas antes políticos que se preocupavam mais com o conforto da sua própria defecação do que com o bem-estar das nações que governavam?

Mas a Ucrânia não era um exemplo isolado. Um salão de exposições da Bentley, a 800 metros do Kremlin, vendia carros por centenas de milhares de dólares e os *media* russos estavam todos orgulhosos por este ser o *stand* mais concorrido daquela marca de luxo em todo o planeta. Apenas a poucas horas de viagem — e isto já na era do *iPhone* — encontrei uma vez um homem que me propôs trocar toda a sua pequena exploração agrícola pelo meu telemóvel *Nokia*. No Azerbaijão, o presidente Ilham Aliyev encomendou a Zaha Hadid, talvez a mais exuberante arquiteta no mundo nessa época, um espetacular museu, arqueado e sinuoso, em honra do seu defunto pai (e antecessor como presidente), numa localização privilegiada da capital, Baku. Milhares dos seus súbditos viviam em centros de refugiados improvisados desde que tinham perdido as

suas casas numa guerra com a Arménia, duas décadas antes. No Quirguistão, o presidente criou um *yurt* de três andares (o *yurt* é uma espécie de tenda, e, como todas as tendas, apenas costuma ter um piso), no qual podia apresentar-se como um senhor dos cavalos nómada à antiga, enquanto os residentes da sua própria capital continuavam a ter de ir buscar água aos poços comunais.

Na Ucrânia, Yanukovych e a sua clique governativa dirigiam na sombra uma segunda operação estatal, que funcionava em paralelo com o aparelho governamental oficial. Em vez de governarem, roubavam. Onde era suposto pagar-se impostos, aceitavam luvas para ajudar as pessoas a fugir-lhes. Onde se davam licenças, estas eram atribuídas aos amigos. Onde os negócios floresciam, eram enviados polícias para exigir dinheiro de proteção. Responsáveis estatais trabalhavam por fora para o Estado-sombra, negligenciando os seus reais deveres em nome de carreiras paralelas mais lucrativas. A Ucrânia tinha 18 500 procuradores, que funcionavam como soldados de um padrinho mafioso. Se decidissem levá-lo a tribunal, o juiz faria o que eles pedissem. Com todo o sistema legal do lado deles, as oportunidades dos *insiders* para ganhar dinheiro eram limitadas apenas pelas suas imaginações. (O trabalho de Paul Manafort era apresentar Viktor Yanukovych ao Ocidente como um estadista, como se nada se passasse.)

Por exemplo, peguemos nos medicamentos: o governo comprava remédios no mercado livre para um sistema de saúde que tinha o dever constitucional de fornecer cuidados gratuitos a todos aqueles que deles necessitassem. Qualquer empresa que cumprisse as normas pertinentes era tecnicamente autorizada a participar. Na realidade, os funcionários arranjavam maneiras infundáveis de excluir todos aqueles que não estivessem dispostos a pagar-lhes subornos. Desclassificavam candidatos que preenchessem a candidatura com o estilo de letra errado; se a assinatura no fundo do documento fosse demasiado grande ou demasiado pequena; ou por qualquer outra razão que conseguissem encontrar. As empresas excluídas podiam recorrer, mas isso obrigava-as a ir a um tribunal que fazia parte do

sistema corrupto, enredando-as ainda mais em esquemas fraudulentos, por isso acabavam por nem sequer se darem ao trabalho de concorrer. Afinal, se fizessem barulho seriam constantemente importunadas por uma das várias dúzias de agências estatais com poder para realizar inspeções no local — quanto ao cumprimento das normas anti-incêndios, ao cumprimento das normas de higiene e por aí fora. Isto significava que o mercado dos medicamentos era dominado pelos amigos dos burocratas, através de questionáveis empresas intermediárias, registadas no estrangeiro, que conspiravam umas com as outras e com os *insiders* para aumentar os preços. O negócio cumpria à letra a lei ucraniana, e mesmo assim dava grandes lucros aos empresários e altos funcionários que o dominavam.

O Ministério da Saúde acabou por pagar mais do dobro do que precisava por antirretrovirais, os medicamentos necessários para controlar o HIV e impedi-lo de se transformar em sida — apesar de a Ucrânia ter a epidemia de HIV com mais rápido crescimento na Europa. Quando as agências internacionais tomaram conta das adjudicações, depois da revolução, conseguiram reduzir o custo dos medicamentos para o cancro em quase 40%, sem comprometer a qualidade dos mesmos. Todo esse dinheiro, anteriormente, tinha ido parar aos bolsos de funcionários.

E isso era apenas o princípio. O governo comprava a alguém tudo de que precisava, e uma simples aquisição era uma oportunidade para um *insider* enriquecer. A fraude no sistema de contratações do Estado pode ter chegado a custar ao governo 15 biliões de dólares por ano. Em 2015, duas crianças ucranianas contraíram poliomielite e ficaram paralisadas, apesar de a doença estar supostamente erradicada na Europa. A culpa foi de um programa de vacinação deficiente, minado por políticos corruptos e cínicos. O que correu mal?

Esta questão pode parecer específica da Ucrânia e dos seus vizinhos ex-soviéticos. Na verdade, a sua importância é muito mais alargada. O tipo de corrupção à escala industrial que enriqueceu Yanukovich e minou o seu país criou fúria e instabilidade num arco geográfico que se estende das Filipinas, a leste, ao Peru, a oeste,

e que afetou a maior parte das zonas entre ambos os países. Na Tunísia, a ganância oficial tornou-se tal que um vendedor de rua se imolou pelo fogo e deu origem ao que viria a tornar-se na Primavera Árabe. Na Malásia, um grupo de jovens investidores com bons contactos pilhou um fundo soberano e gastou os seus proventos em droga, sexo e estrelas de Hollywood. Na Guiné Equatorial, o filho do presidente tinha um salário oficial de 4000 dólares por mês e no entanto comprou uma mansão em Malibu no valor de 35 milhões de dólares. Por todo o mundo os *insiders* roubaram dinheiros públicos, esconderam-no no estrangeiro e utilizaram-no para financiar estilos de vida de extravagante luxo, enquanto os seus países iam ruindo nas suas costas.

Ao sair da cabana de caça, ainda a refletir sobre as sanitas, as televisões e as imagens que elas invocavam, perguntei ao Anton como é que os seus compatriotas ucranianos tinham deixado o seu governante safar-se. Como é que podiam não ter sabido o que se passava? «Não sabíamos os pormenores, isso claro que não sabíamos», respondeu, com uma ponta de frustração. «O terreno em que estamos nem sequer fica na Ucrânia, fica em Inglaterra. Procura.»

Ele tinha razão. Se quiséssemos saber quem era o proprietário desta antiga reserva natural de 31 mil hectares, talvez por nos perguntarmos como é que tinha acabado por ser privatizada, podíamos ir ver ao registo de propriedade fundiária. E nesse registo teríamos descoberto que o proprietário oficial era uma empresa ucraniana chamada Dom Lesnika. Para descobrir quem era o dono da Dom Lesnika teríamos de consultar outro registo, onde teríamos encontrado o nome de uma empresa britânica, que um outro registo ainda nos diria ser propriedade de uma fundação anónima no Liechtenstein. Para um observador externo pareceria um inocente caso de investimento externo, o tipo de coisa que todos os governos querem encorajar. Se tivéssemos sido particularmente persistentes, e tivéssemos tentado ir a Sukholuchya para vermos por nós próprios, os polícias que guardavam o portão na floresta ter-nos-iam impedido. Isso podia deixar-nos desconfiados, mas continuaria a não

existir prova de alguma coisa estar errada. O roubo tinha sido bem escondido.

Felizmente para os investigadores, Yanukovych manteve registos do que andava a fazer. O seu palácio ficava numa colina arborizada, que descia em declive até ao rio Dniepre. A linha costeira abaixo do palácio estava adornada com um porto para iates e um bar em forma de galeão. Na sua pressa de partir, os adjuntos do presidente tinham despejado no porto 200 pastas de registos financeiros à espera que afundassem. Mas não submergiram. Os manifestantes pescaram os papéis da água e secaram-nos numa sauna. Esses papéis permitiram olhar para o centro da engenharia financeira que tinha permitido a Yanukovych depenar o país.

Não era só a cabana de tiro de Yanukovych a ser propriedade estrangeira, o seu palácio também o era, tal como as suas empresas de extração de carvão na bacia do Donets e os seus palácios na Crimeia, cujos donos estavam na verdade registados nas Caraíbas. E ele não era o único *insider* a recorrer a estes esquemas *offshore*: a fraude dos medicamentos era dirigida a partir de Chipre; o comércio ilegal de armas tinha origem na Escócia; o maior mercado de venda de falsos artigos de marca era legalmente detido nas Seychelles. Tudo isto implicava que qualquer investigação que tentasse desfazer os nós desta rede densa de corrupção oficial teria de lidar com advogados e altos funcionários de múltiplos paraísos fiscais, bem como com forças policiais de dúzias de países estrangeiros.

«Estes altos funcionários estão todos registados no estrangeiro, no Mónaco ou no Chipre, em Belize ou nas Ilhas Virgens Britânicas», disse-me um procurador ucraniano encarregado de tentar recuperar bens roubados. «Enviamos-lhes pedidos e ficamos três ou quatro anos à espera ou nem sequer recebemos resposta. Por regra, as Ilhas Virgens Britânicas não respondem, não temos acordo com eles. É assim, e tudo desaba. Esperamos, e tudo já foi registado de novo cinco vezes enquanto estamos à espera de resposta. O registo já mudou e esse é o nosso grande problema, receber e analisar todos esses documentos.»

Isto deixa-me tonto, como um problema de matemática demasiado complicado para perceber, uma cratera que se abre por baixo dos meus pés. Estes bens estão ligados à Ucrânia e contudo, legalmente, estão noutras sítios, num local onde não lhes podemos tocar. Não surpreende que os políticos desonestos tenham achado estas estruturas vertiginosas tão úteis — elas desafiam a compreensão. E a Ucrânia é só o princípio.

Altos funcionários da Nigéria, da Rússia, da Malásia, do Quênia, da Guiné Equatorial, do Brasil, da Indonésia, das Filipinas, da China, do Afeganistão, da Líbia, do Egito e de dúzias de outros países guardaram de igual modo a sua fortuna em sítios onde os seus compatriotas não lhe podem chegar nem a podem fiscalizar. As estimativas do valor total roubado anualmente aos países em desenvolvimento vão de um valor imenso de 20 biliões de dólares a um quase inimaginável número de um trilião de dólares. E este dinheiro vai parar, através das sigilosas jurisdições *offshore*, a um punhado de cidades ocidentais: Miami, Nova Iorque, Los Angeles, Londres, Mónaco, Genebra.

Em tempos, se um funcionário roubasse dinheiro no seu país natal não havia muito que pudesse fazer com ele. Podia comprar um carro novo, construir uma casa bonita ou dá-lo a amigos e familiares, mas ficava-se mais ou menos por aí. Os seus apetites estavam limitados pelo facto de o mercado local não conseguir absorver uma quantidade infinita de dinheiro. Se continuasse a roubar, o dinheiro limitar-se-ia a encher-lhe a casa até já não haver quartos suficientes para o guardar, ou até ser comido pelos ratos.

As finanças *offshore* alteram isso. Algumas pessoas chamam às empresas-fantasma carros de fuga de dinheiro suspeito, mas — se as combinarmos com o sistema financeiro moderno — parecem mais ser caixas mágicas de teletransporte. Se roubarmos dinheiro já não precisamos de o esconder num cofre no qual os ratos podem entrar. Em vez disso guardamo-lo na nossa caixa mágica, que o transporta, com o simples toque num botão, para fora do país, rumo a qualquer destino que desejarmos. É o equivalente financeiro



de nunca nos sentirmos cheios, independentemente de termos comido muito. Não admira que os políticos se tornem glutões, pois não existe agora limite algum à quantidade de dinheiro que podem roubar — logo, também não existe limite à quantidade que podem gastar. Se querem um iate, podem enviar o dinheiro para o Mónaco e escolher um no salão náutico anual. Se querem uma casa, podem enviar o dinheiro para Londres ou para Nova Iorque e encontrar um agente imobiliário que não faça muitas perguntas. Se querem arte, podem enviar o dinheiro para uma leiloeira. *Offshore* significa nunca ter de dizer «chega».

E a magia não fica por aí. Uma vez a propriedade de um bem (quer seja uma casa ou um avião particular, um iate ou uma empresa) ser obscurecida por trás de múltiplos veículos empresariais, escondidos em múltiplas jurisdições, é quase impossível descobri-la. Mesmo que o regime corrupto do qual o *insider* se aproveitou seja derrubado, como aconteceu na Ucrânia, é difícil — quando não impossível — encontrar o dinheiro, confiscá-lo e devolvê-lo à nação à qual foi roubado. Já podemos ter lido como milhões de dólares foram devolvidos à Nigéria, Indonésia, Angola ou Cazaquistão e é tudo verdade. Mas representam menos de um cêntimo por cada dólar roubado originalmente. Os governantes corruptos tornaram-se tão bons a esconder a sua fortuna que, no essencial, uma vez roubado, o dinheiro desapareceu para sempre e eles podem ficar com os seus imóveis de luxo na Londres ocidental, os seus grandes iates nas Caraíbas e as suas *villas* no Sul de França mesmo que percam o emprego.

Os danos que isto causa aos países que perdem o dinheiro são evidentes. A Nigéria perdeu o controlo das suas regiões a norte e milhões de pessoas foram deslocadas. A Líbia mal é reconhecível enquanto Estado, com múltiplas fações armadas a disputarem o controlo, deixando o caminho livre aos traficantes de seres humanos. A corrupção dos governantes no Afeganistão impediu-os de combater os produtores de ópio e o resultado é que a heroína barata continua a fluir para onde os contrabandistas quiserem enviá-la. A Rússia, que

consome muita dessa heroína, tem mais de um milhão de habitantes seropositivos, enquanto o seu serviço de saúde continua subfinanciado e o governo prefere ir atrás de vitórias de propaganda fáceis em vez de ajudar os seus cidadãos.

A Ucrânia, entretanto, está uma confusão. As estradas que ligam as suas cidades foram descuradas, enquanto as das aldeias mal recebem manutenção. Viajar através do país é um tormento, piorado pela ameaça constante de ser parado e extorquido por polícias de trânsito em busca de infrações a dúzias de regras de trânsito, inventando-as até se for necessário.

Aquando da independência, em 1991, praticamente toda a gente no país tinha mais ou menos a mesma quantidade de bens, devido ao modo como a União Soviética gerira tudo mal. Em duas décadas, tudo isso mudou totalmente. Em 2013, na véspera da revolução, 45 indivíduos detinham património em valor igual a metade da economia do país. E, mais uma vez, isto é típico de muitos países em vias de desenvolvimento que têm sido destruídos pela corrupção. A filha do presidente que mais tempo esteve em exercício em Angola tornou-se na mulher mais rica de África, pavoneando-se pelo Ocidente como uma celebridade, enquanto a sua nação tenta sobreviver no que é, na prática, um Estado falhado. A filha do presidente do Azerbaijão produz filmes e edita revistas de moda, e os filhos do seu ministro das Emergências dirigem uma operação de lóbi a partir do centro de Londres. É praticamente impossível imaginar países com economias tão enviesadas a construir democracias saudáveis, sistemas políticos honestos ou mesmo a serem capazes de se defender.

As consequências tornaram-se evidentes na Crimeia, imediatamente após a revolução na Ucrânia. A Crimeia era tecnicamente parte da Ucrânia desde a década de 1950. Contudo, quando tropas russas — em uniformes sem insígnias, mas conduzindo veículos com matrículas militares russas — se dispersaram pelas cidades da península e cercaram as suas bases militares, as autoridades ficaram tão desmoralizadas que ninguém tentou travá-las. Um almirante entregou-se à Rússia — não só a si próprio, como

também aos navios da Marinha ucraniana, apesar do juramento de fidelidade que tinha supostamente feito ao seu país. Os guardas fronteiriços no aeroporto carimbaram o meu passaporte com o tridente ucraniano enquanto o país que serviam se evaporava ao seu redor. Mais tarde, no leste da Ucrânia, repetiu-se o mesmo padrão. Quase ninguém queria defender o país contra revoltosos armados, treinados e apoiados pela Rússia. A corrupção tinha esvaziado o Estado de tal maneira que ele tinha praticamente deixado de existir, exceto como meio de enriquecimento ilegal. Afinal de contas, porque haveria alguém de querer defender um sítio que passava a vida a torná-los miseráveis? A corrupção roubou a legitimidade a todo o país.

Este tipo de raiva minava a Ucrânia e mina também outros países. Ajuda a motivar as pessoas a juntarem-se a grupos terroristas no Afeganistão, na Nigéria e no Médio Oriente. «O grande desafio para o futuro do Afeganistão não são os talibãs, os portos de abrigo no Paquistão ou mesmo um Paquistão incipientemente hostil. A ameaça existencial à viabilidade do Afeganistão moderno, a longo prazo, é a corrupção», disse John Allen, general do Corpo de Fuzileiros dos EUA e antigo comandante das forças internacionais no Afeganistão, testemunhando perante uma comissão do Senado em abril de 2014. «A insurreição ideológica, as redes de apadrinhamento criminoso e a organização da droga formaram uma aliança diabólica, cujo sucesso depende da tomada das funções governamentais a todos os níveis. Durante demasiado tempo concentrámos a nossa atenção nos talibãs como sendo a ameaça existencial ao Afeganistão. Eles são uma mera inconveniência, quando comparados com o âmbito e a magnitude da corrupção com que temos de lidar.»

E eu continuo a querer perguntar a toda a gente — como perguntei ao Anton — como é que podiam não saber o que se estava a passar. É tão óbvio, não é? Pois, mas não, o Anton tem razão. Não é óbvio. Só é fácil encontrar o dinheiro quando já sabemos onde ele está. Do mesmo modo, este problema apenas se torna óbvio se já soubermos que ele existe.

Na manhã a seguir ao Dia das Bruxas de 2017, uma abóbora talhada apareceu à porta do n.º 377 da Union Street, uma elegante casa de pedra na extensa grelha de ruas a sul de Brooklyn Heights, em Nova Iorque. Vista de mais perto, a abóbora era bastante parecida com Robert Mueller, o ex-diretor do FBI tornado procurador especial na investigação sobre eventuais interferências ilegais da Rússia na eleição de Donald Trump. A abóbora era obra de uma fotógrafa da zona chamada Amy Finkel e estava por baixo de um letreiro improvisado de «marco histórico», declarando que a propriedade era «A Casa que Derrubou um Presidente». Os moradores locais, que tinham votado maioritariamente em Hillary Clinton nas eleições presidenciais de 2016, estavam a divertir-se com o n.º 377 da Union Street.

Segundo a acusação que tinha sido pronunciada por Mueller dois dias antes, este imóvel fazia parte de um vasto esquema de lavagem de dinheiro dirigido por Paul Manafort, ex-diretor da campanha de Trump (e que alegou estar inocente de todas as acusações). A pronúncia declarava que Manafort tinha comprado o imóvel em 2012 com três milhões de dólares de uma conta bancária cipriota, que o tinha depois hipotecado por cinco milhões e tinha usado esse dinheiro para comprar outros imóveis e pagar empréstimos, num complexo esquema de evasão fiscal.

Quando trabalhou para Yanukovych, Manafort aperfeiçoara o estilo de campanha que usaria mais tarde com Trump. Sob a habilidosa orientação de Manafort, Yanukovych apresentou-se como um homem franco e sem meias-palavras, defensor dos esquecidos e abandonados. As acusações feitas contra ele por Mueller estavam relacionadas com o seu trabalho na Ucrânia e com o que ele tinha feito com o dinheiro lá ganho. «Fizeram lóbi junto de múltiplos membros do Congresso e do seu pessoal a propósito de sanções à Ucrânia, da validade das eleições ucranianas, da justeza de Yanukovych prender o seu rival presidencial», afirmava a pronúncia.

De acordo com a exaustiva discriminação dos seus gastos feita na pronúncia, Manafort gostava do luxo quase tanto como Yanukovych. Gastou 934 350 dólares em tapetes antigos; 849 215 dólares em roupa;

112 825 dólares em equipamento de imagem e som (talvez também ele tivesse televisões à altura da sanita...). Mas o imobiliário era a sua maior fonte de despesas. Um apartamento em Nova Iorque custou-lhe 1,5 milhões de dólares, uma casa na Virgínia ficou-lhe por 1,9 milhões de dólares (tal como Yanukovych, e até como Trump, Manafort apreciava os votos das pessoas deixadas para trás pelas mudanças na economia, mas não as queria como vizinhas), e todo esse dinheiro tinha vindo do governo da Ucrânia.

E aqui as perguntas tornam-se desconfortáveis. É divertido que os vizinhos de Manafort em Brooklyn tenham feito pouco dele com abóboras e letreiros caseiros, mas é preocupante que não soubessem o que tinha acontecido na altura, tal como o era que os ucranianos não soubessem quem era o verdadeiro proprietário de Sukholuchya. Mas não podiam tê-lo sabido. Se tivessem ido à procura do nome da empresa que era proprietária da casa — a MC Brooklyn Holdings LLC — no registo de Nova Iorque, não teriam encontrado qualquer informação que os levasse ao verdadeiro dono. A empresa em questão era local, mas disfarçava o verdadeiro dono do imóvel tão bem como as estruturas britânicas e do Liechtenstein camuflavam Yanukovych. E se tivessem podido fazer perguntas sobre a origem do dinheiro usado para comprar os imóveis, ou para fazer as obras, ou para comprar as roupas finas, os sistemas de alta-fidelidade e os tapetes antigos, teriam encontrado o nome de empresas em Chipre, São Vicente e Granadinas ou no Reino Unido. Mais uma vez, ao contemplar o trabalho feito pela equipa de Mueller para discriminar na pronúncia os pormenores, a gravidade parece intensificar-se e o chão soçobra.

É apropriado, contudo, que a pista nos leve a Nova Iorque, porque este buraco não se abriu na Ucrânia, na África subsariana ou na Malásia, mas no coração do Ocidente. Os ricos sempre tentaram manter o seu dinheiro fora das mãos do governo e ao longo dos séculos desenvolveram ferramentas astutas para o conseguir. Na Grã-Bretanha e na América, os advogados criam fundos fiduciários (*trusts*) que permitem aos seus clientes ricos, tecnicamente,

desfazerem-se das suas fortunas mantendo-se seus beneficiários, e assim passá-las aos seus filhos. Na Europa continental, a mesma tarefa é levada a cabo por fundações.

As sociedades por todo o Ocidente (particularmente nos Estados Unidos) têm vindo a tornar-se menos iguais, tanto em riqueza como em rendimentos, desde a década de 1970. Alguns economistas, liderados por Thomas Piketty, têm sugerido que isto decorre de o retorno a longo prazo do capital ser mais elevado do que a taxa de crescimento da economia. Isto significa que, salvo uma catástrofe da dimensão de uma guerra mundial, as sociedades ocidentais tornar-se-ão inevitavelmente mais desiguais, na ausência de esforços governamentais concertados na direção oposta. Pode bem ser que sim, mas não é sobre isso que este livro versa. Não sou economista, por isso não estou qualificado para discutir se as questões estruturais favorecem o capital face aos trabalhadores. Sou jornalista e, como todos os jornalistas, sou fascinado por ladrões. O meu livro, portanto, é sobre as pessoas que fazem batota, o tipo de pessoas que condenaram o país para onde me mudei em 1999 e destruíram a vaga de esperança que eu esperava poder apanhar em direção a um glorioso futuro russo.

Não é preciso ser economista para perceber que a capacidade de os ricos aproveitarem as vantagens dos truques de *offshore* está indisponível ao comum dos mortais e é também parte da explicação para as nossas sociedades se terem tornado desiguais. O facto de os ricos poderem dar-se ao luxo de aproveitar os truques das *offshores* que não estão acessíveis aos outros faz também parte da explicação do motivo de as nossas sociedades se terem tornado muito menos igualitárias.

Os governos ocidentais têm batalhado para se manterem em cima destes truques, e pelo menos têm as instituições e as tradições necessárias para manterem a honestidade de modo geral enquanto o fazem. No entanto, em países mais jovens e mais pobres, essas instituições e tradições não existem. Os funcionários e os políticos foram arrastados pela enxurrada de dinheiro. Um advogado na Ucrânia colocou-me assim a questão: «A escolha não é entre aceitar um suborno ou ser

honesto: é entre aceitar um suborno ou ver os nossos filhos mortos. Claro que aceitamos o suborno.» Os seus pares mexicanos usam uma fórmula mais concisa: «Queres ser pago em prata ou em chumbo?» A corrupção tornou-se tão comum que há países incapazes de taxar os seus residentes mais abastados, pelo que apenas aqueles com menor capacidade financeira são obrigados a sustentar o governo. Isto mina a legitimidade democrática e enfurece as pessoas que vivem sob tais governos. Para quem acredita numa ordem mundial liberal, não há nisto qualquer lado bom.

Os comentadores de todas as orientações políticas têm expressado a sua preocupação sobre o efeito da desigualdade no tecido social dos Estados Unidos, onde a percentagem de riqueza na posse do 1% mais rico do país subiu de um quarto para dois quintos entre 1990 e 2012. Mas se acha que isso é mau, basta ver o que aconteceu no mundo como um todo: nos dez anos a seguir a 2000, o 1% mais rico da população mundial aumentou a sua fortuna de um terço do todo para metade.

Esse aumento é impulsionado por países como a Rússia. Nos 15 anos desde que Vladimir Putin assumiu o governo, em 2000, os 4% de russos que o Credit Suisse considera serem de classe média (rendimentos de 18 mil a 180 mil dólares) viram a sua riqueza coletiva aumentar 137 biliões de dólares, o que não parece nada mal até vemos o que a classe alta do país alcançou no mesmo período de tempo. O 0,5% de russos com mais de 180 mil dólares viu a sua riqueza aumentar uns extraordinários 687 biliões de dólares. Os 10% de russos no topo possuem 87% de tudo — uma proporção mais elevada do que em qualquer outro grande país, bastante duro para um sítio que, apenas há três décadas, era comunista.

O que nos leva de volta a Paul Manafort. Esta pilhagem por atacado é possível graças a pessoas como ele — facilitadores ocidentais, advogados, consultores, lobistas, contabilistas e outros que movimentam o dinheiro dos seus clientes e os ajudam a escondê-lo de modos astutos. Se tentarmos dizer a um russo informado que o Ocidente é uma alternativa escrupulosa ao Kremlin de Vladimir Putin,

ele perguntará provavelmente como é que o chefe de propaganda de Putin pôde comprar propriedades em Beverly Hills com o salário de um burocrata, ou porque tem o primeiro-ministro-adjunto um apartamento a poucos minutos a pé da Câmara dos Comuns em Londres. Esta hipocrisia é uma dádiva para Putin, que pode apontá-la para comprometer os seus adversários e sobretudo pode usar as ferramentas *offshore* ocidentais contra o Ocidente — como um canal para o dinheiro que financia os seus serviços de segurança, para criar propaganda antiocidental e para apoiar extremistas políticos favoráveis aos seus interesses. A corrupção é um fator multiplicador de força para os inimigos do Ocidente, e mesmo assim o Ocidente continua a aceitar nas suas economias dinheiro sujo a rodos.

O dinheiro aspira o chão por baixo dos nossos pés e ele desaba.

Quando era miúdo tinha quebra-cabeças do mundo, da Grã-Bretanha, da América e da Europa, nos quais podia colocar as formas dos condados, estados e países nos buracos deixados pelas suas fronteiras; os meus próprios filhos ainda hoje brincam com eles. A França é um hexágono; a Itália parece-se com uma bota; o Wyoming e o Colorado são quase retângulos perfeitos, difíceis de distinguir; o Chile é convenientemente longo e fino. Isto reflete uma abordagem ao mundo que divide as coisas em estados, e, de algumas maneiras, é uma abordagem relevante e correta. Ao discutirmos o número de crianças nascidas por ano, ou assassinadas com armas, ou de populações que jogam futebol, faz sentido repartir as pessoas envolvidas pelos países onde os eventos em questão têm lugar.

Por vezes, contudo, essa abordagem é menos apropriada. A organização anticorrupção Transparency International (TI) publica anualmente um *Índice de Perceção da Corrupção* no qual classifica quase todos os países do mundo pelo seu nível de corrupção, da Dinamarca e da Nova Zelândia, na ponta «limpa», até à Coreia do Norte, Sudão do Sul e Somália, na outra ponta. Cria inclusivamente um mapa que mostra a corrupção através de cores. A maior parte de África é de um vermelho alarmante, como a América do Sul e a Ásia, enquanto a Europa, a América do Norte e a Australásia estão em



vários tons amigáveis de amarelo. Isto ajuda, na medida do possível, e é verdade ser mais provável sermos abordados para um suborno em Kinshasa do que em Copenhaga; mas, então, e as formas mais sofisticadas de corrupção usadas por Yanukovych, ou, se a pronúncia de Mueller provar ser verdadeira, por Manafort?

A Ucrânia está a vermelho vivo no mapa da TI, como o 131.º país menos honesto do mundo e — a par da Rússia — o lugar mais desonesto da Europa. E, contudo, o património de Yanukovych não podia ter sido ocultado sem os serviços das suas empresas-fantasma britânicas. Porque surge, então, a Grã-Bretanha na lista num honesto 10.º lugar, a par da Alemanha e do Luxemburgo? Do mesmo modo, o dinheiro de Manafort foi escondido por bancos e empresas no Chipre e em São Vicente, e esses países estão classificados em posições relativamente limpas, respetivamente nos 47.º e 35.º lugares. Os Estados Unidos, onde o seu dinheiro foi parar, está na 18.ª posição.

Se os políticos ucranianos não podem ser desonestos sem os serviços de outros países, porque é a sua desonestidade apenas atribuída à Ucrânia? E se existem advogados britânicos ou cipriotas que procuram cativar os negócios de gatunos ucranianos, os seus países de origem têm direito a manter a reputação? Do ponto de vista do dinheiro, as fronteiras não têm importância. Já há muito tempo que as fronteiras não interferem nos fluxos de dinheiro. Quando vou a Kiev posso usar o meu cartão de crédito britânico, do mesmo modo que o posso usar na Califórnia, em Cambridge ou em São Cristóvão. Mas isso não significa que as fronteiras tenham desaparecido. Como deixou bem claro o procurador ucraniano que citei atrás, é-lhe difícil obter provas de uma jurisdição estrangeira e o mesmo se aplica a investigadores de qualquer país. O dinheiro flui através das fronteiras mas as leis não. Os ricos vivem globalmente; nós, os outros, temos fronteiras.

Faço parte de um grupo que tenta enfatizar o que isto significa, no que chamamos Roteiros de Cleptocracia de Londres (os meus amigos Roman Borisovich e Charles Davidson tiveram a ideia). Enchemos um autocarro com turistas como se os fôssemos

levar a Hollywood para verem onde o Clark Gable morava ou onde a Scarlett Johansson corta o cabelo. Em vez de lhes apresentarmos estrelas, contudo, mostramos-lhes políticos. Enquanto o nosso motorista nos conduz pelo centro e pela zona ocidental de Londres, os guias apontam imóveis que pertencem a ex-oligarcas soviéticos, herdeiros de dinastias políticas do Médio Oriente, governadores regionais nigerianos e todos os outros que fizeram a sua fortuna em países com pontuações baixas na lista da TI e a esconderam em países com pontuações elevadas.

Apenas podemos levar cerca de 50 pessoas por autocarro em cada passeio, mas o nosso objetivo é simples: queremos levantar o véu que esconde esta exploração abusiva do sistema financeiro global. Queremos que as pessoas parem de dizer — ou já não sejam capazes de o fazer — que «não podiam saber».

Um local pelo qual passamos regularmente é Eaton Square — hoje talvez a morada mais prestigiada de Londres —, um magnífico espaço longitudinal de grandes mansões quadrangulares pintadas em tons creme, todas afastadas da rua por grades negras que nos dão pelos ombros e abrem para jardins privados. Em janeiro de 2017, um grupo de ativistas — que se chamam a si próprios Autonomous Nation of Anarchist Libertarians (Nação Autónoma de Libertários Anarquistas), que lhes confere o acrónimo ANAL — entrou às escondidas no n.º 102 de Eaton Square por uma janela aberta e tornou-o num albergue para os sem-abrigo. A casa é vasta, com uma fachada de estuque e um frontão erguido sobre pilares que se estende de uma varanda no primeiro andar até ao quarto piso. Quando a visitei, uma bandeira negra erguia-se num dos seus mastros e um homem barbudo fumava encostado à balaustrada. Gritou-me a perguntar o que eu queria e prometeu vir logo ter comigo.

Um homem de meia-idade com calças de bombazina púrpura e um blusão impermeável assistiu à nossa conversa e atravessou a estrada com a sua mulher para me informar de que eu era «a escumalha da terra». O anarquista barbudo, ao sair para a rua, apanhou o final da declaração e sorriu-me. Era húngaro. Conduziu-me por

um lanço de escadas até à cave, através de uma saída de emergência, e para o que tinha em tempos sido um cinema. Explicou-me que tinham acabado de perder uma batalha em tribunal contra o despejo e que teriam de sair. Mas, se quisesse, podia explorar a casa. O soalho era de tacos de madeira e os poços das escadas erguiam-se até guaritas embutidas no telhado. Salas levavam a salas que levavam a salas. O *graffiti* rabiscado nas paredes não diminuía o facto de esta poder vir a ser uma casa notável para alguém.

Esse alguém era Andrei Goncharenko, gestor de uma subsidiária do gigante russo do gás Gazprom, que comprou vários imóveis na zona ocidental de Londres ao longo de três anos, até 2014. Esta tinha sido a mais barata — custara apenas 15 milhões de libras — e talvez fosse por isso que a tinham deixado vazia. «A nossa prioridade é chamar a atenção para o grande número de edifícios vazios em Londres e tentar garantir que não são desperdiçados quando há tanta gente sem casa», disse aos jornalistas Jed Miller, um dos anarquistas que foram a tribunal argumentar contra o despejo, em janeiro de 2017. «Estas empresas *offshore* que possuem tantos prédios vazios em Londres usam-nos para minimizar a sua exposição aos impostos. Isso desvia dinheiro para longe de serviços essenciais.»

Não é preciso concordar com a ocupação de prédios vazios para reconhecer que Miller tem razão. A mansão de Goncharenko é uma de 86 diferentes propriedades situadas apenas nesta praça, que é detida através do tipo de estruturas anónimas que impedem qualquer pessoa, incluindo as autoridades tributárias, de descobrir quem é o verdadeiro proprietário. Cerca de 30 estão registadas nas Ilhas Virgens Britânicas, 13 em Guernsey e 16 em Jersey. Outras estão registadas no Panamá, no Liechtenstein, na ilha de Man, no Delaware, nas Ilhas Caimão, na Libéria, nas Seychelles, nas Maurícias e — o local preferido de Manafort — em São Vicente e Granadinas. Goncharenko preferia Gibraltar como lar da sua empresa MCA Shipping. Por toda a Inglaterra e País de Gales, mais de 100 mil propriedades estão registadas no estrangeiro, à imagem das propriedades de Yanukovych e Manafort. É impossível dizer quantas estarão vazias, mas talvez metade

mal sejam usadas, de acordo com um estudo. Estas não são casas onde se viver, mas residências usadas como contas bancárias.

Se alguma vez chegar um momento em que alguém pergunte aos londrinos, como eu perguntei ao Anton, como podiam eles não ter sabido o que se estava a passar, também eles vão responder que lhes tinha sido escondido, tal como a casa de Manafort em Brooklyn foi escondida dos seus vizinhos. Qualquer das propriedades de Eaton Square pode ser propriedade de um ladrão, mas é impossível saber quais. Há um apartamento que se prolonga por um único andar de duas propriedades adjacentes, e que custou à Cane Garden Services Ltd, uma empresa registada nas Ilhas Virgens Britânicas, quase 13 milhões de libras. Esta empresa-fantasma, amante do luxo e da extravagância, está registada numa loja de apostas na Caledonian Road, uma avenida pouco agradável no norte de Londres na qual é mais fácil encontrar anfetaminas do que um advogado de primeira linha. É um sinal de alarme? Talvez, ou talvez não.

É outra vez aquela sensação de tontura. Quando começamos à procura de sinais de alarme começamos a vê-los em todo o lado. As casas nos n.º 85 e n.º 102 são propriedade de empresas *offshore* registadas na mesma morada de Hong Kong. A empresa liberiana que detém o n.º 73 está registada no Mónaco. Um apartamento no n.º 86 é propriedade da Panoceanic Trading Corporation, uma firma panamiana com um nome que parece ter saído diretamente de um policial dos anos 1960. Por certo, um ladrão não seria tão óbvio... Ou não passará tudo de um duplo *bluff*?

Nos nossos Roteiros da Cleptocracia costumamos levar uma tarde a falar de seis ou sete propriedades. Isso quer dizer que, se quiséssemos explorar a proveniência de todas as propriedades na Eaton Square em posse de *offshores*, levar-nos-ia umas duas semanas. Depois teríamos de começar a olhar para as ruas vizinhas. Cada rua adjacente tem outras tantas propriedades *offshore*, todas entrelaçadas numa grande teia de confusão e engano que se estende por toda a área da Grã-Bretanha e ainda vai mais longe. Antes de a nossa grande viagem ter acabado seria já tempo de voltarmos ao princípio e

recomeçá-la. Mesmo aqueles, entre nós, que gostam de pensar que sabem o que se está a passar não fazem a mínima ideia do que se está a passar.

Os nómadas abastados que possuem estes imóveis estão a aproveitar-se do modo como o dinheiro se move através das fronteiras, coisa que as leis não podem fazer, para escolher *à la carte* quais as leis a que querem obedecer. Ao abrigo da lei britânica, é indispensável declarar quem é o proprietário de um imóvel. Se possuímos esse imóvel nas ilhas Maurícias não precisamos de o declarar. Custar-nos-á dinheiro a estruturar as nossas posses desse modo, mas se tivermos o suficiente para o fazer teremos acesso a uma privacidade negada a todos os outros habitantes do país.

Quanto mais investiguei isto, mais compreendi que as suas aplicações são bem mais alargadas do que apenas à propriedade de imóveis. As restrições globais de vistos limitam fortemente a capacidade de um refugiado sírio viajar. No entanto, um cidadão sírio abastado pode comprar um passaporte em São Cristóvão e Nevis, no Chipre ou em meia dúzia de outros países, e subitamente tem acesso a um mundo de viagens sem necessidade do visto, negado aos seus compatriotas. Um ucraniano comum está à mercê do sistema judicial corrupto e ineficaz do seu país. Já um ucraniano rico pode organizar todas as suas transações comerciais de modo a serem governadas pelo direito britânico, e para recorrer aos serviços de juizes honestos e eficazes. Um nigeriano comum tem de sofrer com o que os jornais locais possam dizer dele. Um nigeriano rico, contudo, pode contratar advogados londrinos e processar os jornalistas do seu país, baseado no facto de os artigos online terem sido lidos no Reino Unido e estarem sujeitos às célebres leis de difamação de Inglaterra. Mais importante: se puder estruturar os seus ativos de modo a serem detidos nos Estados Unidos, o seu governo nunca saberá deles (explicarei como mais adiante), embora tenham conhecimento de tudo o que está registado no país natal. Haverá, mais à frente, muito mais a dizer sobre esta abordagem *à la carte* à legislação: é esse o tema deste livro.

O físico Richard Feynman terá supostamente dito em tempos: «Se acha que compreende a mecânica quântica é porque não percebe de todo a mecânica quântica.» Sinto o mesmo sobre o modo como as estruturas *offshore* distorceram a estrutura do mundo. Mas se esta compreensão estonteante me leva a sair de casa e a afastar-me do meu ecrã de computador, não há maneira de lhe escapar. O prédio onde compro o meu café da manhã está registado nas Bahamas. O sítio onde corto o cabelo está registado em Gibraltar. Um estaleiro de construção a caminho da estação de comboios está registado na ilha de Man. Se passássemos todo o nosso tempo a tentar descobrir o que está realmente a acontecer, não teríamos tempo para mais nada. Não admira que a maior parte das pessoas sensatas ignore o que os super-ricos fazem. Perseguiu-se um coelho branco por uma toca abaixo, o túnel cai de repente e, sem darmos por isso, estamos a cair por um poço muito fundo para um mundo novo. É um sítio lindo se formos suficientemente ricos para desfrutar dele. Se não formos, apenas podemos espreitar através de portas para as quais não temos a chave.

Chamo a este novo mundo o País do Dinheiro: passaportes de Malta, difamação inglesa, privacidade americana, empresas-fantasma panamianas, *trusts* em Jersey, fundações no Liechtenstein, todas juntas para criarem um espaço virtual muito maior do que a soma das suas partes. As leis do País do Dinheiro são as que, em qualquer sítio, forem mais convenientes para os que têm dinheiro suficiente para se darem a esse luxo a qualquer momento. Se um país qualquer alterar uma lei para restringir os habitantes do País do Dinheiro de alguma maneira, eles transferem-se, ou aos seus ativos, para respeitarem uma outra lei que lhes seja mais generosa. Se um país aprovar uma lei benévola que ofereça novas possibilidades de enriquecimento, então os ativos transferem-se outra vez do mesmo modo. É como se as pessoas mais ricas de países como a China, a Nigéria, a Ucrânia ou a Rússia tivessem aberto um túnel para esta nova terra que fica por baixo de todos os nossos Estados-nação, onde as fronteiras se desvaneceram. Movimentam o seu dinheiro, os seus

filhos, os seus ativos e a si próprios para onde desejam, escolhendo à *la carte* quais as leis dos países sob as quais desejam viver. Em resultado, as regulamentações estritas e as restrições não se lhes aplicam, mas continuam a constringer todos os outros.

Este é um fenómeno de consequências novas, que vão direitas ao alvo do que um governo é suposto defender. O sociólogo americano Mancur Olson estabeleceu a origem da civilização no momento em que os «bandidos itinerantes» pré-históricos compreenderam que, em vez de atacar grupos de humanos e seguir em frente, podiam ganhar mais em ficar parados e roubar permanentemente as suas vítimas. Os primeiros humanos submeteram-se a isto porque — embora perdessem alguma da sua liberdade ao submeterem-se a estes «bandidos estacionários» — ganhavam estabilidade e segurança em troca. Os interesses dos bandidos e os interesses da comunidade alinharam-se. Sem os bandidos a atacá-los constantemente e a roubar os seus bens, os grupos de humanos construíram comunidades e economias progressivamente mais complexas, tornando-se cada vez mais prósperos, o que acabou por levar ao nascimento do Estado, da civilização e tudo aquilo que hoje tomamos por garantido.

«Vemos porque é que os súbditos do senhor da guerra, apesar de ele lhes extrair ano após ano um roubo em impostos, o preferem aos salteadores itinerantes que roubam esporadicamente. O banditismo itinerante quer dizer anarquia, e substituir a anarquia pelo governo garante um considerável aumento da produção», escreveu Olson no seu livro *Power and Prosperity*, publicado em 2000.

Um governo estável alinha os interesses dos fortes e dos fracos, pois ambos querem ver toda a gente a enriquecer. Os fracos querem ser ricos para si próprios, enquanto os fortes querem que os fracos sejam ricos para lhes poderem extorquir mais impostos. Olson usou como comparação um esquema de proteção mafioso. Se a Máfia mantém pulso firme sobre uma comunidade, na prática não vai existir crime, pois é do interesse do chefe que o comércio local gane o máximo de dinheiro possível para lhe poder extorquir proporcionalmente o máximo de dinheiro possível. Para uma sociedade,

o crime é uma atividade improdutiva que força as pessoas a desperdiçar dinheiro em seguranças, cercas e fechaduras. Ser governado é no interesse de toda a gente.

Mas Olson fazia uma ressalva: o argumento apenas resulta se toda a gente pensar a longo prazo. O País do Dinheiro vira esse cálculo de cabeça para baixo. Como os seus cidadãos podem guardar os seus ativos fora das comunidades às quais os roubam, não querem saber do que poderá acontecer a longo prazo. Quanto mais roubares hoje, mais eles e os seus filhos poderão guardar. Na verdade, eles ganham dinheiro com a instabilidade: quanto mais disputas houver, mais dinheiro existe para ser desviado.

Estes «bandidos *offshore*» combinam os piores aspetos dos velhos salteadores itinerantes com os piores traços dos seus sucessores estacionários. Graças à magia do sistema financeiro moderno e ao anonimato garantido pelas jurisdições *offshore*, que aceitam dinheiro de qualquer proveniência, eles oprimem os seus súbditos sem contribuírem para uma segurança e uma prosperidade melhoradas.

Nestes últimos anos habituámo-nos a criticar a globalização pela forma como acabou com empregos em países ocidentais e os deslocou para outros sítios, sem qualquer consideração pelos que deixou para trás. Os defensores da globalização argumentam que, ao alocar capital onde pode ser aplicado com mais eficiência, tem retirado mais pessoas da pobreza na China, na Índia e em outros países do que qualquer outra ação tomada. Mas, no País do Dinheiro, a globalização atua de forma diferente. Não se trata de capital a ser alocado com eficiência para garantir os maiores proveitos aos seus detentores, mas de capital a ser alocado *secretamente* para obter o maior grau de proteção. Este é o lado negro da globalização, e não há defesa possível a não ser que seja um ladrão ou um facilitador de ladrões.

Mas o País do Dinheiro não é um lugar fácil de confrontar. Não podemos enviar um exército para o combater, uma vez que não consta dos mapas. Nem podemos implementar sanções contra ele ou enviar diplomatas para negociar. Ao contrário dos países



convencionais, não tem guardas fronteiriços para carimbarem o seu passaporte, nenhuma bandeira à qual prestar juramento e nenhum ministro dos Negócios Estrangeiros a quem telefonar. Não tem um exército a protegê-lo porque não precisa. Existe onde quer que alguém deseje manter o seu dinheiro fora do alcance do governo do seu país de origem, e que possa contratar advogados e financeiros para o fazerem. Mas, se desejarmos preservar a democracia, temos de confrontar os cidadãos nómadas do País do Dinheiro e encontrar uma forma de dismantelar as estruturas *offshore* que tornam tão fácil esconder o seu dinheiro da supervisão democrática. São uma ameaça tão significativa ao tecido assente em ordem que pretende fazer do mundo um lugar seguro como os terroristas e ditadores sobre os quais lemos todos os dias.

Estruturei este livro tanto cronológica como tematicamente, escolhendo exemplos ilustrativos que abrangem, na medida do possível, todo o mundo, para revelar como o País do Dinheiro já se espalhou. Primeiro começo por descrever como o País do Dinheiro funciona, como *esconde* a riqueza e como as pequenas jurisdições têm ganhado a vida a ajustar as suas leis para o facilitarem. Depois descrevo o que acontece quando os poderosos se aproveitam do País do Dinheiro para *roubar*, começando pela história de um hospital ucraniano e depois mostrando como esse hospital é representativo da maior parte do mundo.

A seguir descrevo como o País do Dinheiro *defende* os seus cidadãos e a sua riqueza: como lhes vende passaportes; como protege as suas reputações dos jornalistas; como impede que a sua riqueza roubada seja recuperada pelos verdadeiros donos. O País do Dinheiro pode garantir que nos safamos com um crime e tem-no realmente feito. Exponho como os cidadãos do País do Dinheiro gostam de *gastar* o dinheiro que aí escondem — as roupas, os imóveis, a arte e tudo o resto — e o que os seus hábitos de consumo cada vez mais absurdos estão a fazer ao mundo. Os efeitos desses gastos são de tal modo extremos que existe hoje toda uma área de estudo que lhe é dedicada, chamada «plutonomia».

Por fim descrevo como os governos têm tentado *reagir*, focando-me no modo como os Estados Unidos visaram os bancos suíços, e depois como advogados e banqueiros astutos usaram essa oportunidade para tornar o País do Dinheiro mais forte e mais seguro do que nunca. Pode não parecer uma perspectiva muito otimista, mas se o primeiro passo para resolver um problema é reconhecer a sua existência, então talvez estejamos finalmente a caminho.

Investigar este livro não tem sido fácil. O País do Dinheiro está bem guardado e não revela os seus segredos sem luta. Também é um desafio a tudo o que achamos que sabemos sobre o modo como o mundo funciona. O País do Dinheiro induz tantas vertigens que, depois de a ideia me ter ocorrido, fiquei tonto com o muito que explicava. Porque é que tantos barcos têm um pavilhão de países estrangeiros? O País do Dinheiro permite que os seus proprietários se resguardem das leis laborais das suas nações de origem. Porque é que os responsáveis russos preferem construir pontes no valor de biliões de dólares em vez de escolas e hospitais? O País do Dinheiro deixa-os roubar 10% dos custos de construção e guardá-los no estrangeiro. Porque é que os bilionários moram em Londres? O País do Dinheiro permite que aí eles fujam aos impostos. Porque é que tantos estrangeiros corruptos querem investir o seu dinheiro em Nova Iorque? O País do Dinheiro protege os seus ativos do confisco.

Isto significa que o País do Dinheiro tem afetado as funções essenciais da democracia — cobrança de impostos aos cidadãos e o uso desse rendimento para o bem comum —, o que tem levado a que muitas pessoas se sintam desiludidas com a experiência democrática. Em desespero, têm-se virado para homens-fortes como Yanukovich, que enfraquecem ainda mais a democracia, num círculo vicioso que só beneficia os ricos e poderosos.

Uma questão que deve ser sublinhada repetidamente e com firmeza é que eu não estou a descrever uma conspiração. O País do Dinheiro não é controlado por um arquivão, a acariciar um gato branco num cadeirão de cabedal. Se houvesse realmente um cérebro por trás do País do Dinheiro seria fácil lidar com ele. Mas a realidade

é bem mais complexa e insidiosa. É o resultado natural de um mundo onde o dinheiro circula livremente, mas as leis não, e onde se pode ganhar bem a vida a explorar as desigualdades que daí resultam. Se um imposto é baixo em Jersey e elevado na Grã-Bretanha, há dinheiro a ganhar para quem possa transferir os lucros dos seus clientes da Grã-Bretanha para Jersey. O mesmo se aplica às jurisdições em todo o mundo: todas têm leis e regras subtilmente diferentes.

O País do Dinheiro é mais como um formigueiro do que uma organização tradicional. Num formigueiro, as formigas individuais não estão a obedecer a instruções; não há formigas em chefias intermédias que lhes digam para irem lá fora buscar sementes. Não há formigas polícias a prender malfeitores que guardam para si próprios as sementes, ou formigas juizes que os condenem a penas na prisão das formigas. As formigas respondem de modo previsível a estímulos externos. No País do Dinheiro, advogados, contabilistas e políticos individuais também estão a reagir de maneira previsível. Se uma lei é útil para qualquer aspeto da vida de uma pessoa rica, os facilitadores do País do Dinheiro garantem que a pessoa rica pode aproveitar os benefícios dessa lei onde quer que se encontre, qualquer que ela seja, para o maior bem da pessoa rica e em detrimento dos outros todos. Se esmagarmos uma formiga, ou prendermos um advogado corrupto, as atividades dos restantes vão continuar inalteradas. É todo o sistema que tem de ser modificado e isso é difícil.

É por isso que começo por descrever como é que o País do Dinheiro começou a existir, e como derrotou uma tentativa prévia de tornar o mundo seguro para a democracia. Durante os dias negros da Segunda Guerra Mundial, as potências aliadas confrontaram uma ameaça às sociedades abertas mais severa do que qualquer outra, anterior ou posterior. Em resposta criaram uma arquitetura financeira global que pretendia dar perpetuamente a primazia à democracia. Nunca mais — esperavam eles — um governo eleito seria democraticamente ameaçado por qualquer rival. A sua tentativa falhou e a história desse falhanço é a história do nascimento do País do Dinheiro.

- LIVRO DO ANO DO *SUNDAY TIMES* •
- LIVRO DO ANO DO *ECONOMIST* •
- LIVRO DO ANO DO *TIMES* •
- LIVRO DO ANO DO *DAILY MAIL* •
- FINALISTA DO PRÉMIO ORWELL •




Em 2019, a democracia está a consumir-se a si própria, as desigualdades estão a aumentar e o sistema está a colapsar. Porquê?

Porque em 1962 alguns banqueiros londrinos tiveram uma ideia que mudou o mundo. Essa ideia chamava-se *offshore*, e significava que, pela primeira vez, os ladrões podiam sonhar em grande — podiam roubar tudo.

Este livro é a estonteante história da riqueza e poder no século XXI — é uma viagem ao mundo oculto dos novos cleptocratas e criminosos globais, aos países pobres em que o dinheiro público é roubado e aos países ricos onde é investido. De Angola à Ucrânia, do Reino Unido a Malta, *O País do Dinheiro* denuncia as instituições que se estão a transformar em operações de lavagem de dinheiro. Alerta também para a forma como a manipulação das leis de diferentes Estados está a afetar as fundações de muitos dos países mais estáveis do mundo.

O cenário é negro, mas ainda há tempo para resgatar a democracia das garras da corrupção.

<p><b>v o g a i s</b> com todas as letras <b>20 20 editora</b></p>	<p>ISBN 978-989-668-628-4  9 789896 686284 Temas Atuais</p>
--	--